



# O contexto cultural dos marcos de terrenos nas aldeias ambundu/Angola

Éva Sebestyén\*

p. 91-106

## Antecedentes

Como professora convidada de Antropologia na Universidade Agostinho Neto realizei um trabalho de campo relativo à relação entre o poder linhageiro ambundu, terra e parentesco nas Províncias de Bengo e de Kwanza Norte nos anos 1986-89. Nas entrevistas aparecia muitas vezes a questão da demarcação de terreno e o controle dos marcos naturais. Ora alguns marcos eram tanto objetos da natureza (árvores de grande porte, penhascos, riachos, rios, montanhas) como obras de artesanato (pedaços de ferro, utensílios feitos de argila). Estes marcos serviram como argumento importante no conflito de terrenos entre os vizinhos e foram registados por escrito por escribas ambundu numa declaração que o soba fazia sobre as terras linhageiras da sua povoação. A relevância da delimitação e demarcação de terreno das aldeias encontra-se em parte na forma como as sociedades ambundu utilizaram os marcos nas suas respetivas aldeias e no convívio com os seus vizinhos. O papel atual dos marcos naturais encontra-se vivamente presente no projeto nacional da demarcação de terrenos das comunidades rurais ligado à aplicação da Lei de Terra. Uma visão *longue durée* poderá contribuir para a aplicação desta Lei tendo em mira o regime de uso costumeiro e a gestão dos terrenos rurais.

## Apresentação das coleções Ambundu

O *corpus* das coleções oriundas de Samba Cajú, de N'Dalatando e dos Dembos forma um conjunto de 234 escritos produzidos entre os séculos XVIII e XX e a maioria persiste em forma de cópia feita no século XX. Exceto aqueles que estão em N'Dalatando, são guardados por um grupo de autoridades tradicionais (o soba, seus conselheiros e representantes das linhagens principais). Enquanto nos Dembos estes textos ainda são considerados como papéis sacros e guardados junto com outros símbolos de poder do dembado, já em Samba Cajú são vistas como herança do passado sem fazerem parte das insígnias.

As coleções dos escritos dos sobas, intitulados por eles como “cartórios”, pretendiam expressar as suas próprias razões de ser, ou seja, formam um conjunto de papéis que preservam dados de interesse para o sobado e a sua população. Existe uma certa diferença na preservação dos documentos. Enquanto nos Dembos cada dembado tem um só cartório, em Samba Cajú faz-se distinção entre o “cartório do trono”, que são os papéis do sobado, e o “cartório do muiji”, que são os papéis da linhagem principal, ou seja a dos primeiros conquistadores da terra do sobado, e os dois cartórios são separadamente guardados, sendo que em tempo de guerra muitos textos de linhagem foram queimados e os restantes acabaram por ser inseridos no cartório do sobado. Noutros casos todos os papéis foram

\* CEAUP.

entregues ao administrador de Samba Cajú, como é o caso do documento da aldeia Zamba de 1762, que nunca mais voltou ao sobado. Assim, aqueles cartórios que sobreviveram aos tempos difíceis são hoje uma miscelânea de textos oriundos dos cartórios do estado e da linhagem principal. São documentos escritos com base nas declarações dos chefes de aldeia, nos quais se registam dados e factos importantes relacionados com a legitimação do poder, esclarecimentos, processos e soluções para os casos litigiosos, etc. Essa memória encapsulada pelo registo escrito conserva a estrutura e as fórmulas da comunicação oral, ao mesmo tempo que também adapta a organização e as fórmulas dos modelos da administração portuguesa. Este *corpus* reflete a visão do africano, nomeadamente ambundu, sobre o seu microcosmos. Os sobas apresentam as suas declarações na sua língua materna (kimbundu), e um escriba local traduz os textos e regista-os por escrito em português. Como esses documentos apresentam as necessidades dos sobados ambundu num dado momento histórico entre os séculos XVIII e XX, contribuem para preencher a lacuna na historiografia angolana sobre a vida quotidiana dos ambundu no tempo colonial.

### Fundo histórico da coletânea

Para se poder entender melhor o teor dos textos, é necessário fornecer um esboço de dados marcantes do contexto histórico, nomeadamente o papel do Presídio de Ambaca. O fio condutor que se encontra nos textos é a relação dos sobados com o mundo português, representada pela administração colonial da Capitania do Presídio de Ambaca, que mais tarde se tornou Concelho e finalmente Circunscrição. O papel militar regional de Ambaca como uma concentração de soldados para combater a revolta ou resistência dos sobas manteve-se até ao fim na sua existência.<sup>1</sup> Não é por acaso que no texto dos sobados se encontra uma frase quase estereotípica: “somos vassalos da Majestade não quer a sujeição<sup>2</sup> (sic!) de serviço de empacaceiro, quilamba e quimbar”, ou seja: não querem ter posto militar na guerra preta e participar nas guerras contra os sobas rebeldes. Em consequência disto e por razões de arrecadação violenta do tributo, criou-se uma zona de fronteira entre o domínio português e o reino africano de Ginga, onde se refugiaram os sobas revoltados juntamente com as suas aldeias inteiras.

### Temática dos textos

Os assuntos principais concentram-se em torno da posse da terra, o direito consuetudinário e a apresentação da linhagem fundadora. A terra do sobado é demarcada e protegida como património do estado pela vigilância dos limites e, se for necessário, por lutas ou vias diplomáticas, que são os processos jurídicos desenvolvidos nas administrações coloniais. Nas declarações dos terrenos dos sobados está presente a sua demarcação com limites naturais e sinais de marcos<sup>3</sup> africanos, como painéis de posse, pedras de grande tamanho, árvores de porte alto. O tema da terra dos sobados desdobra-se também na sua defesa e legitimação. Ao mesmo tempo a terra está ligada a ações simbólicas pelas quais os sobas tratam de se prevenir contra os períodos desfavoráveis ou calamidades da natureza. Eles

1 Poucos anos antes da sua extinção e transferência para Camambatela, Ambaca mandou apoio militar para a guerra dos Dembos. “Vieram 10 moveis de Ambaca sob o commando de 1 sargento indígena e escoltada por 4 soldados.” in Arquivo Histórico Militar, 2.ª Divisão, 2.ª Secção, Angola, cx. 13, doc. 96, fl. 14r, 18 de Maio de 1908.

2 Sujeição é usado no sentido de sujeição.

3 Os marcos africanos mais frequentes são as árvores de grande porte e com efeitos curativos que são plantadas pelos demarcantes. Outro hábito é a painela: usam-na para comer e, depois de os demarcantes acabarem a refeição, põem-na debaixo da terra ou no leito do rio. Ainda existem marcos naturais com pedras grandes e, tanto nelas como nas árvores, costumam-se pôr um sinal de cruz. Nos limites entre as parcelas de terra da mesma aldeia usam-se marcos iguais e até invenções pessoais como um pedaço de ferro. Não há demarcação entre irmãos. Informação dada pelos sobas de Samba Cajú no mês de Dezembro de 1988.

recorrem ao apoio dos seus antepassados e entidades da água pelos rituais anuais apresentados nas margens dos rios fronteiriços da aldeia para conseguirem boa colheita através da oferta às sereias, *quiximbi* donos dos rios, protetores da terra. Outro rito ligado à terra realiza-se na altura do funeral, o *entambi*<sup>4</sup>, quando os parentes do falecido recorrem ao apoio dos antepassados para reconfirmar a posse do terreno. Estes atos simbólicos contribuem para entender o significado cultural dos marcos, a sua proteção ou mesmo a sua defesa e, se for necessário, pela força.

Continuando a apresentação do contexto em que ocorrem os marcos da terra, é necessário tratar em linhas gerais dos motivos que faziam os sobas produzirem os seus textos durante vários séculos. Existe uma distinção marcante entre os cartórios de Dembos e de Samba Cajú. Os dos Dembos concentram-se exclusivamente na genealogia e vida quotidiana da linhagem principal e nunca mencionam a questão da terra, muito menos a demarcação e eventual conflito dos limites. Assim, os textos históricos das aldeias dos Dembos não apresentam marcos de terra de nenhum género, nem são mencionados. E também não têm por alvo legitimar o poder da linhagem conquistadora. Eles têm o seu cartório para guardar a sua história para as futuras gerações. Este facto provavelmente tem que ver com a distância do Presídio de Ambaca e com a situação independente dos Dembos que, sendo um dos últimos redutos do tempo colonial, podia manter o seu poder linhageiro até à ocupação militar nas primeiras décadas do século XX. No caso dos cartórios das aldeias de Samba Cajú, estando elas sob o domínio do Presídio de Ambaca durante séculos, a produção dos seus textos tem outro objetivo, nomeadamente a legitimação e a proteção da terra linhageira. Na criação dos cartórios os escribas ambundu apropriaram-se do modelo europeu de testamento de última vontade, que lhes ofereceu um meio de registo bem estruturado para apontar as declarações dos sobas. O escriba preservava a parte introdutória do testamento, mas na parte da última vontade mudou-se o conteúdo em benefício do soba. A sua declaração é um relato da genealogia da linhagem principal do sobado, da migração dos fundadores, da demarcação do terreno da aldeia, com menções aos marcos naturais (rios, montanhas e árvores de alto porte), além dos marcos postos pelos vizinhos, como no caso da panela de barro (*lussunga*) posta no leito dos rios. Cada testamento representa um episódio da vida da aldeia, e a sua ênfase varia entre temas fixos, tais como a apresentação dos antepassados por via materna, referências aos limites da terra e aos respetivos vizinhos, à compra e à venda de parcelas de terra, à pureza da linhagem do soba quanto a antepassados escravos ou executores de serviços mal considerados pela comunidade (como a colaboração com os portugueses na ocupação e na exploração do território africano: quilamba, empacaceiro, quimbar, auxiliares dos portugueses na ocupação de Angola). Curiosamente, nem sequer uma única vez há referência à presença ou à interferência dos europeus neste quotidiano, a não ser alguns casos esporádicos de transações comerciais com o chefe administrativo. Os temas variáveis dos relatos são representados pelos eventos causados, em parte, tanto pelos membros da família do soba como pelos seus serviços, mas também se referem a conflitos com os vizinhos. O outro tema é o dos escravos: o roubo de escravos domésticos (*quisico*)<sup>5</sup>

4 Apesar de o ritual do funeral juntamente com todas as manifestações religiosas do ambundu ter sido sistematicamente perseguido no século XVIII pelo governador geral, muito empenhado na reforma da administração de Angola, a sua prática continuava no século XX. "Extingui todos os abuzos públicos de Entambes, e outras superstições, q' a ignorância dos brancos havia aproveitado de grossaria dos negros; queimei lhes todos os Ídolos públicos, e fiz que ao menos todo o exterior fosse christão; não deiche V.Ex.<sup>a</sup> levantar cabeça outra vez aos tais Entambes, cazas de uso, e outras destas parvoíces, porq' sobre a ofensa da Religião, trazem mil prejuizos ao socego publico, á segurança das cazas, e á honra das Familias." In Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, códice 8744, fl. 70r. Instrução ao meu Sucessor (Religião e Costumes) de Francisco Inocência de Sousa Coutinho, governador geral de Angola.

5 "sobas tem em seus senhorios pouoacois de negros e negras filhos e netos que sam seus catiuos por ascendência e descendência a que chamão Quizicos." In Arquivo Histórico Militar, 2.<sup>a</sup> Divisão, Ultramar Português, 2.<sup>a</sup> Secção, Angola, cx. 1, doc. 1, Bento Banho Cardoso ao Rei de Portugal, de 1616, f 19r.

(banana, mandioca), e pelo adultério cometido pelos tios maternos de um homem livre, cuja recompensa é a hipoteca dos parentes.<sup>6</sup> Quanto à mudança temática dos textos em relação à posse da terra, no séc. XVIII o tema central era a demarcação de terrenos com marcos naturais e ainda sem casos de conflito com os vizinhos. As fricções sobre os limites entre aldeias vizinhas e a venda de parcelas começaram na segunda parte de século XIX e continuaram no século XX. Enquanto os conflitos da terra muitas vezes terminavam no tribunal da administração portuguesa de Ambaca, a venda de parcelas continuava a ser registrada por escriba ambundu e foi tratada como assunto interno de cada sobado. A maioria dos escritos dos cartórios tinha sido e continuou a ser utilizada nos processos jurídicos para provar os direitos de posse históricos aos terrenos do sobado; os cartórios tinham um papel legitimador.

## Orientação espacial

Os textos feitos nos séculos XVIII e XIX referem um espaço mais alargado, nomeadamente o lugar prestigioso de origem na Ilha de Luanda e a rota de migração até ao estabelecimento da aldeia na Província de Kwanza Norte. Nos primeiros tempos a orientação espacial maior dividia-se entre o Presídio de Ambaca, (a futura administração municipal de Ambaca) e “as terras de Ginga”, um espaço vago, sem definição espacial, onde se encontrava a corte da Rainha Ginga e seus descendentes, numa área localizada na Província atual de Malanje. O ponto de partida da rota migratória dos fundadores dos sobados principais de Samba Cajú foi a Ilha de Luanda; foi de lá que saíram juntamente com Quiluanje Quia Samba (a denominação clássica dos reis de Ginga). Com este relato migratório e com a menção em documentos posteriores de cartórios que “são filhos” da Rainha Ginga, pode-se supor um parentesco dos sobas com a Rainha Ginga ou um laço de ligação histórica ao reino. No caso dos cartórios dos Dembos, também está mencionado o laço histórico dos dembados com o reino Ginga. No caso da aldeia Kakulo Kangola, tem algo especial a referir em homenagem a Ginga. Sendo filho da Ginga, o dembo Joao Wela, ainda no tempo colonial, mandou fazer um carimbo em Luanda para o seu dembado com a inscrição “Rei da Ginga”. A orientação espacial dos textos dos cartórios a partir do século XIX diminuía significativamente e concentrava-se nos terrenos da aldeia propriamente dita.

## Marcos naturais das aldeias ambundu em Samba Cajú

Devido às confrontações militares no tempo do meu trabalho de campo realizado entre 1986 e 1989, não me foi possível visitar os marcos naturais de terra nas aldeias e obter as fontes primárias *in loco*. Assim este trabalho debruça-se sobre um grupo de marcos

6 A hipoteca dos parentes é tão presente na sociedade ambundu (ver nos textos de Cachinda de 1762, 1774, 1852 e 1871) que Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador geral de Angola, passou um bando em 1771 para proibir este acto. Na carta que acompanha o bando resume os seus motivos. “Illm.º e Exm.º Senhor. Vexando-se os Negros deste Reyno pelo estranho modo de Hipotecar a ridiculas dividas os seus Filhos , e Parentes, que em grande parte vinhão a ser cativos sempre, ou a ser embarcados, como tais para o Brasil: passei o Bando de que remeto a V.Ex.ª a copia, para que me faça a honra de fazer presente a S. Magestade. Deos guarde a V. Ex.ª m.s an.s São Paulo d’Assumpção a 2 de Janeiro de 1771. Illm.º e Exm.º Snor’ Martinho de Mello e Castro. D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho” No bando propriamente dito pormenoriza o crime e a pena aplicada. “Ainda que o respeito e a obediência aos Pays e Parentes mais velhos tenham nascido com nosco, e fação como o fundamento de todas as nossas obrigaçoens, e ainda que este respeito, e esta obediência fossem em outros tempos de huma extença jurisdição, não forão já mais sem lemites, e sem sujeição às regras da Justiça, que o mesmo Direito Natural prescreveo até aos Povos mais barbáros”. “Ordeno, que nenhum Preto, nenhum Pay ou May, Tio ou parente, debaixo da pena de quinhentos Assoites, e de dois Annos de Galés, padiaçoossão oferecer, dar, ou hypotecar algum Filho, ou parente Amiga, ou qualquer outra Pessoa livre, e outro sexo, em caução de divida em cuja pena incorrerá o Preto, ou Mulato, que o aceitar, e sendo branco o que tal negociação admitir, será logo prezo, e condemnado a trabalhar sinco annos nas obras publicas com Braga: os capitaens mores que sentenciarem as tais hypotecas, ou as admitirem, serão desde logo suspensos e depostos dos seus empregos.” *in* AHU, Angola, 1.ª Secção, cx. 55, doc. 2, fl.1r-1v., 2 de Janeiro de 1771.

naturais, nomeadamente as árvores que, segundo a minha hipótese, além de servirem de marcos nos limites de aldeias, também devem ter algumas propriedades especiais para serem seleccionadas entre as outras. Para ter dados sobre o seu uso económico, primeiro era necessário identificar a árvore com base no seu nome kimbundu nos textos dos sobas. Este processo preliminar de identificação científica requer a identificação dos nomes vernáculos com os seus nomes científicos. Tendo o nome da espécie, é possível procurar dados sobre a sua utilidade económica nas publicações e em bases de dados. Mas o trabalho de identificação propriamente dito realizar-se-á no próprio terreno com a recolha de amostras e entrevistas sobre o seu uso e terminando na identificação em Herbário. O trabalho piloto de obter o nome científico da árvore com base no seu nome vernáculo foi feito em conjunto com o Dr. Luis Catarino, investigador do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. A nossa colaboração realizou-se em duas etapas. Partindo dos nomes kimbundu das árvores-marcos, tentei encontrar os nomes científicos das árvores nas publicações sobre plantas angolanas (Welwitsch, Ficalho, Mendonça, Carisso, Gossweiler, Bossard, Barbosa, Figueiredo, Costa). Em seguida, com base nas suas pesquisas, o Dr. Catarino estabeleceu para cada árvore o nome científico atualmente aceite utilizando como referência o site *The Plant List* ([www.theplantlist.org](http://www.theplantlist.org)). Neste processo preliminar, surpreendentemente foi possível identificar quase todas as árvores, (uma – **hui** – não foi localizada nas publicações); para outras duas árvores encontraram-se nomes vernáculos bem próximos (para a árvore **mua** há duas versões possíveis – **muanze** ou **mualala** –, ambos de Kwanza Norte, e para a árvore **punguxi**, encontrou-se **pukixi**, também de Kwanza Norte). Também ajudou a encontrar os nomes científicos o facto de no registo dos nomes vernáculos não haver grandes alterações entre as versões feitas pelos escribas ambundu e os coletores do séc. XIX e XX. Esta investigação levantou várias questões para as futuras pesquisas. Uma questão é a ausência de dados sobre flora angolana na literatura internacional porque não estão incluídos nas grandes bases de dados sobre plantas africanas (*prota*, *tropicos*, *kew*, *jstor*). Outra questão diz respeito aos nomes vernáculos. O mesmo nome vernáculo pode denotar árvores de grande ou médio porte e até arbustos. O mesmo nome vernáculo pode ser utilizado entre grupos étnicos diferentes. Pode existir um nome vernáculo diferente para a árvore, para o seu fruto e até para o produto feito duma parte da árvore. Na literatura científica os nomes vernáculos da mesma árvore podem ser apresentados numa listagem sem mencionar o seu respetivo grupo étnico e idioma. Nas publicações, a ocorrência da árvore pode ser indicada a nível de Província, município, mas quase nunca pelo lugar exato onde aconteceu a sua colheita. A herança colonial da divisão administrativa de Angola muitas vezes não segue a divisão etnocultural dos grupos étnicos angolanos e não se fala dos subgrupos que têm um dialeto regional da língua vernácula. Até tratando-se de nomes vernáculos de Kimbundu, pode haver diferenças entre a denominação vernácula da mesma árvore em duas províncias vizinhas como Kwanza Norte e Malanje. Mesmo em Samba Cajú, que geograficamente se situa na Província de Kwanza Norte, o nome vernáculo das árvores mostrava mais semelhança com a denominação usada na Província vizinha de Malanje. Por ex. a árvore *Bauhinia thonningii* é chamada **mulolo** em Malanje e **muxakanga** em Kwanza Norte. Apesar de Samba Cajú se encontrar em Kwanza Norte, nos textos dos sobas usa-se **mulolo**, a versão de Malanje. Este nome provavelmente tem que ver com a ligação histórica entre as aldeias de Samba Cajú e “as terras de Ginga” em Malanje. Mas talvez os biólogos possam dar uma resposta mais concreta para a variação no uso dos nomes das mesmas árvores. Para complementar esta fase piloto foi continuada a pesquisa para obter conhecimento sobre as propriedades das árvores-marco em relação ao uso económico, sobretudo medicinal. Fiz consultas exaustivas em bases de dados internacionais, publicações e na base

de dados do Herbário LISC da Universidade de Lisboa. Foquei-me num das questões mais prementes tanto para África como para o mundo inteiro, nomeadamente a resistência de todos os medicamentos correntes contra a malária e a pesquisa dos efeitos antimaláricos em plantas medicinais no mundo inteiro.

Há que mencionar o facto de os famosos medicamentos usados para combater a malária também serem produtos de plantas medicinais como o caso de quinina produzida a partir da *Cinchona*, ou a artemisina.

Os resultados da pesquisa-piloto trouxeram dados impressionantes. A maioria das árvores de marco em Samba Cajú fazia parte daquele grupo de árvores que já foram utilizados para combater febre ou mesmo malária na medicina tradicional africana. Estas árvores foram examinadas *in vitro* nos laboratórios de centros de pesquisa e de Universidades africanas e ocidentais e provaram ter efeito antimalárico contra o mais perigoso causador da malária, o *Plasmodium falciparum*. Espera-se que as futuras pesquisas *in vitro* encontrem as árvores mais adequadas para o combate da malária. Aqui precisa-se de chamar a atenção para a interpretação indígena da malária, muitas vezes misturada com febre; assim as plantas febrífugas poderão levar a encontrar plantas para combater a malária. Juntamente com um grande número de outras plantas africanas, necessitam da continuação do exame *in vitro* para encontrar a solução do combate à malária resistente a produtos igualmente feitos de plantas como a quinina da árvore *Cinchona* e artemisina produzida a partir da *Artemisia annua*. Esta pesquisa também ficou enriquecida com o conhecimento da aplicação das plantas pelo médico tradicional. A medicina tradicional usa um conjunto de plantas para tratar cada doença e cada parte da mesma planta (raiz, casca, fruto, flor) pode ser utilizada para combater distintas doenças, sendo que a dosagem de certas plantas em pequena quantidade cura e aumentando-a pode tornar-se fatal para o paciente.

Com base no levantamento piloto sobre árvores-marcos direi que os cartórios históricos dos sobas poderão abrir novos caminhos na investigação arqueológica. Entre outros, árvores-marco seculares com uso económico poderiam indicar aldeias já desaparecidas, a extensão dos terrenos da comunidade e o uso cultural dos marcos naturais. Com esta abordagem antropológica de uma pesquisa inicial, espero contribuir com novos elementos para as pesquisas e debates correntes arqueológicos que visam interpretar o significado económico e simbólico da cultura material e a sua relação com o meio ambiente.

## Referências bibliográficas

- African Union, (2013), *Delimitation and Demarcation of Boundaries in Africa General Issues and Case Studies*, Addis Ababa.
- Assis Júnior, António de, (1945), *Dicionário Kimbundu-Português*. Argente, Santos & Co., Luanda.
- Barbosa, L. A. G., (2009) *Carta fitogeográfica de Angola*. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- Bossard, E., (1996), *Le Medecine Traditionelle au Centre et a L'Ouest de L'Angola* Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- Cadornega, António de Oliveira de, (1972), *História Geral das Guerras Angolanas*. Eds. José Matias Delgado e Manuel Alves da Cunha, 3 vols. Agência Geral das Colónias, Lisboa.
- Chinsebu, Kazhila C. (2015), Plants as antimalarial agents in Sub-Saharan Africa. *Acta Tropica* 152: 32-48.
- Costa, E., (dez. 2012), Conhecimento tradicional e recursos terapêuticos naturais do Bengo. Resultados do rastreio etnobotânico. *Cadernos CISA* n.º 3.
- Costa, E. & Pedro, M. (2013), *Plantas Medicinais de Angola*, Centro de Botanica da Universidade de Agostinho Neto, Luanda.

- Cunnison, Ian, (1957), "History and Genealogies in a Conquest State." *American Anthropologist* 53(1): 20-31.
- Exell, A. V. & Mendonça, F. A., *Conspectus Florae Angolensis*, Junta de Investigações do Ultramar, vol. II, 1956; vol. IV, 1970).
- Ficalho, Conde de, (1947), *Plantas úteis da África portuguesa*, rev. edn. Agência Geral das Colónias, Lisboa.
- Figueirero, E & Smith, G. F., (2012), *Comon Names of Angolan Plants*, Inhlabá Books. Fowler, D. G., (2006), *Traditional Fever remedies: a list of Zambian plants*. © D.G.Fowler.
- Gossweiler, J., (1953), *Nomes Indígenas de Plantas de Angola*. Imprensa Nacional de Angola, Luanda.
- Hiern, W. P., (1896-1901), *Catalogue of the African plants collected by Dr Friedrich Welwitsch in 1853-1861*. British Museum (Natural History), London.
- Kellog, Susan e Restall, Matthew, (1998), *Dead Giveaways: Indigenous testaments of Colonial Mesoamerica and the Andes*. The University of Utah Press, Salt Lake City.
- Lentz, C., Land, (2013), *Mobility, and Belonging in West Africa: Natives and Strangers*, Bloomington, IN, USA: Indiana University Press.
- Matta, J.D. Cordeiro da, (1893), *Ensaio de Dicionário Kimbúndu-Português*. Casa Editora Antonio Maria Pereira, Lisboa.
- Mendonça, A., (1945), *Colectânea de escritos doutrinários, florísticos e fitogeográficos de Frederico Welwitsch concernentes principalmente à Flora de Angola*. Agência Geral das Colónias, Lisboa.
- Oliveira Chaves, (1860), "Districto de Ambaca", *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não Off. Serie II. Outubro, pp. 134-135.
- Sebestyén, Éva, (1992), "Land and Power through Ambundu Chief Documents", Comunicação apresentada no *Encontro Annual da Canadian Association of African Studies*, Montreal, 13-16 de Maio.
- (1994), "Legitimacy and Kinship in Ambundu Historical Sources, Angola", Comunicação apresentada no *Encontro Annual da African Studies Association (EUA)*, Toronto, 3-6 de Novembro.
- Shaw, A. H. K., (1947), *The Vegetation of Angola*, *Journal of Ecology*, Vol. 35, No. 1/2 (Dec.): 23-48.
- Tavares, Ana Paula e Santos, Catarina Madeira, (2002), *Africae Monumenta*, vol. I. *A Apropriação da Escrita pelos Africanos*, Arquivo Caculo Cahenda, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- Turner, Victor, (1957), *Schism and Continuity in an African Society*. Manchester University Press, Manchester.

### Bases de dados (Internet)

[www.actd.iict.pt](http://www.actd.iict.pt)

<http://plants.jstor.org>

<http://www.prota4u.info>

<http://www.theplantlist.org>

<http://www.sanbi.org/>

<http://specimens.kew.org/herbarium>

<http://tropical.theferns.info>

[www.worldagroforestry.org](http://www.worldagroforestry.org)

## Tabela das árvores marcos nos textos dos sobas na Província de Kwanza Norte

Nome kimbundu das árvores-marcos 1. Nas publicações científicas 2. Nos textos dos sobas	Nome científico das árvores-marcos
1.Ndai 2.Danhi, mundai, mudanhi	<i>Gardenia ternifolia</i> subsp. <i>jovis-tonantis</i> (Welw.) Verdc. (Rubiaceae)
1.Diboto 2.Diboto	<i>Diplorhynchus condylocarpon</i> (Müll.Arg.) Pichon (Apocynaceae)
1.Dikaxi (liana) 2.Dicachi	<i>Combretum cinereopetalum</i> Engl & Diels
1.Dilagala (erva) 2.Dilangala	<i>Hyparrhenia diplandra</i> (Hack.) Stapf. (Poaceae)
1.Gambo 2.Gambo, njigambo	<i>Pericopsis angolensis</i> (Baker) Meeuwen (Leguminosae)
1.Gihia 2.Gihia	<i>Parinari capensis</i> Harv. (Chrysobalanaceae)
1.Njila-sonde 2. Gila	<i>Pterocarpus angolensis</i> DC.
1.Kabolebole 2.Cabole	<i>Mussaenda arcuata</i> Poir. (Rubiaceae)
1.Kituenze 2.Quituenze, quetuenze	<i>Albizia gummifera</i> (J.F.Gmel.) C.A.Sm. (Leguminosae)
1.Luhia 2.Luhia, luha, lunha	<i>Parinari curatellifolia</i> Planch. ex Benth. (Chrysobalanaceae)
1.Muanze 2.Mua	<i>Albizia adianthifolia</i> (Schumach.) W.F.Wight (Leguminosae)
1.Mualala 2.Mua	<i>Diospyros abyssinica</i> (Hiern) F.White (Ebenaceae)
1.Mube, Mubeba 2.Mube	<i>Combretum psidioides</i> Welw. (Combretaceae).
1.Mucumbi 2.Mucumbi	<i>Lannea antiscorbutica</i> (Hiern) Engl. (Anacardiaceae)
1.Mucuso 2.Mucuso	<i>Ficus mucuso</i> Welw. ex Ficalho (Moraceae)
1.Mufongo 2.Lufongo	<i>Anisophyllea boehmii</i> Engl. (Anisophylleaceae)
1.Mujima 2.Mujima	<i>Sclerocroton cornutus</i> (Pax) Kruijt & Roebers (Euphorbiaceae)
1.Mulolo 2.Mulolo	<i>Bauhinia thonningii</i> Schum (Leguminosae)
1.Mulungu 2.Mulungo	<i>Erythrina abyssinica</i> Lam. Ex DC. (Leguminosae)

1.Musonge 2.mussongue	<i>Acacia sieberiana</i> DC. (Leguminosae)
1.Muzaza, mussassa 2.Muzaza	<i>Cussonia angolensis</i> (Seem.) Hiern. (Araliaceae) Ou <i>Tricalysia coriacea</i>
1.Punguixe 2.Dikaxi	<i>Combretum molle</i> R.Br. ex G.Don (Combretaceae) ou <i>Combretum celastroides</i> subsp. <i>laxiflorum</i> (Welw. ex M. A. Lawson) Exell (= <i>C laxiflorum</i> ) (Combretaceae)
1.Rikaxi 2.Dikaxi	<i>Combretum molle</i> <i>R.Br. ex G. Don</i>
1.Soxi, musoso 2.Mesoxi, musoxi	<i>Entada abyssinica</i> A. Rich. (Leguminosae)

## Anexos

### Quadro 001 – Demarcação de terra

Nome da aldeia	N.º de doc.	Data	Marco de limites	Demarcantes	Vizinhos
Bango a Caputo	12	12-03-1850		soba João Pombo, de Cambanda	soba Bango a Caputo
	18	24-01-1766		João Gongga, soba Bango a Pacaça,	soba Cachinda, Ngolome a Quiluanje, Quitala
Bango a Pacaça	19	24-01-1766		João Gongga, soba Bango a Pacaça	soba Cachinda, Ngolome a Quiluanje, Quitala
	21	24-01-1766		João Gongga, soba Bango a Pacaça	soba Cachinda, Ngolome a Quiluanje, Quitala
	22	24-01-1766		João Gongga, soba Bango a Pacaça	soba Cachinda, Ngolome a Quiluanje, Quitala
	27	26-02-1883		António Mateus da Silva	soba Cachinda, Ngolome a Quiluanje, Quitala
Bendo	29	11-04-1028 !!!		Cahinha	Nhangue, Cateco Caqitexi
Cachinda	41	25-02-1829	árvore Mussonguei uagançe, pedra grande	Gaspar Jonimo, soba Cachinda	soba Camuhoto, Quitala, Hubia
	43	31-12-1843	árvore cabole, danhi, dicaxi, luhia, mulungo, mua, mube, mulolo, pucuxi, quitenze, to dia hui		
	62	19-03-1897		Clemente Tomas, soba Cachinda	soba Calanga, Zamba
Cahenda	130	04-01-1733	árvore njingambo	Francisco Lopes, soba Cahenda	soba Luamba, Condo, Camuhoto, Zundo
	135	06-06-1909	paneia de lucunga	Paulo Ambolo	sobas Luamba, Quimbanguí, Dinga, Quitala, Catende, Candumba, Ngolome a Queta, Queta Cangombe
Camuhoto	136	06-06-1909	paneia de lucunga	Paulo Ambolo	sobas Luamba, Quimbanguí, Dinga, Quitala, Catende, Candumba, Ngolome a Queta, Queta Cangombe
	137	25-09-1923	palmeiras, bananeiras	Salles Domingos	

Nome da aldeia	N.º de doc.	Data	Marco de limites	Demarcantes	Vizinhos
Candumbano	138	27-10-1689		Cula Nhanho, soba Candumba	soba Luamba, Condo, Ngolome a Queta, Zundo, Caca, Mutomba, Cateco Caquitexi, Nhangue, Bulo a tumba
	139	27-10-1689		Cula Nhanho, soba Candumba	soba Luamba, Condo, Ngolome a Queta, Zundo, Caca, Mutomba, Cateco Caquitexi, Nhangue, Bulo a tumba
	140	27-10-1689		Cula Nhanho, soba Candumba	soba Luamba, Condo, Ngolome a Queta, Zundo, Caca, Mutomba, Cateco Caquitexi, Nhangue, Bulo a tumba
	141	14-08-1796		Cula Nhanho, soba Candumba	Zundo, Caca, Mutomba, Cateco Caquitexi, Nhangue, Ngolome a Queta, Queta Cangombe, Bulo a tumba
	142	14-08-1796		Cula Nhanho, soba Candumba	Zundo, Caca, Mutomba, Cateco Caquitexi, Nhangue, Ngolome a Queta, Queta Cangombe, Bulo a tumba
	149	15-07-1921		Quidulo	Zundo, Caca, Mutomba, Cateco Caquitexi, Nhangue, Ngolome a Queta, Queta Cangombe, Bulo a tumba
	150	15-07-1921		Quidulo	
	151	22-10-1921	árvore dilagala, Iuhia	Cabobo	
	152	22-10-1921	árvore dilagala	Cabobo	Dala Gongga
	153	22-10-1921	árvore dilagala	Cabobo	Dala Gongga, Mutomba
	154	23-10-1924		Cabobo	Dala Gongga, Mutomba
	155	23-10-1924		Pedro Manuel, soba Candumba	Dala Gongga, Mutomba, Mulaza, Calanda
	156	23-10-1924		Pedro Manuel, soba Candumba	Dala Gongga, Mutomba, Mulaza, Calanda
	159	31-12-1869		Cazombo	soba Hubia, Cachinda, Camuhoto, Golome, Ginla, Samba Gombe, Quipapa, Luamba Luulunga, Cabumba Cagoma, Queta Cagonbe
	163	30-07-1988		Cazombo	sobas Luamba, Ngolome a Queta, Capele, Hola a Muinza, Quipapa

Nome da aldeia	N.º de doc.	Data	Marco de limites	Demarcantes	Vizinhos
Hui a Caputo	164	12.02.1821	uma pedra com sinal de cruz	Caputo	Ngumbi a mbanda, Caculo Cahenda, Cahenda, Ngolome a Queta, Quidulo, Holoa a muinza
	165	12-02-1821		Caputo Cacazombo	dembo Quipete
Luamba	167	31-12-1717	2 árvores sem nome	soba Luamba, Antonio a Luamba	Dala Bumba, Gongga a Golome, Cabanga Cagingi
	168	04-08-1796	panela de posse	Francisco Manoel, soba Luamba	sobas Ndala Quisaquila, Hubia, Ngolome a Queta
	169	04-08-1796	panela de posse	Francisco Manoel, soba Luamba	sobas Ndala Quisaquila, Hubia, Ngolome a Queta
	170	04-08-1796	panela de posse	Francisco Manoel, soba Luamba	sobas Ndala Quisaquila, Hubia, Ngolome a Queta
	171	10-10-1796		Francisco Manoel, soba Luamba	sobas Camuhoto, Cachinda, Tuto, Zundo
	172	10-10-1796		Francisco Manoel, soba Luamba	sobas Camuhoto, Cachinda, Tuto, Zundo
	173	10-10-1796		Francisco Manoel, soba Luamba	sobas Camuhoto, Cachinda, Tuto, Zundo
	174	08-06-1797	panela de lusunga	Domingos Francisco	Dala Quisaquina, Hubia, Ngolome a Queta
	175	08-06-1797	panela de lusunga	Domingos Francisco	Dala Quisaquina, Hubia, Ngolome a Queta
	176	08-06-1797	panela de lusunga	Domingos Francisco	Dala Quisaquina, Hubia, Ngolome a Queta
Ndambi a Lucala	187	13-01-1921		soba Ndambi a Lucala	soba Luamba, Dondo, Hui. Cabanji, Dala Cabala
Ngolome a Queta	188	31-12-1770	árvore ndai, árvore gila, árvore lufongo	soba Ngolome a Queta	sobas Luamba, Camuhoto, Queta Can-gombe, Candumba
	189	31-12-1770	árvore ndai, árvore gila, árvore lufongo	soba Ngolome a Queta	sobas Luamba, Camuhoto, Queta Can-gombe, Candumba
	190	31-12-1770	árvore luhia	soba Ngolome a Queta	Camuhoto, Dala gonga, Mutomba, Ngondo Luamba

Nome da aldeia	N.º de doc.	Data	Marco de limites	Demarcantes	Vizinhos
Ngolome a Quiluanje	196	12-08-1917		António Domingos, soba Ngolome a Quiluanje	
	197	12-08-1917		António Domingos, soba Ngolome a Quiluanje	
	198	12-08-1917		António Domingos, soba Ngolome a Quiluanje	
	199	25-11-1925	árvores mucuso, luhia, ricachi, mujima, gambo	Tomás António, soba Ngolome a Quiluanje	
	200	18-06-1928	árvores gíhia, luhia, messoxi e pedra grande	Tomás António, soba Ngolome a Quiluanje	
	201	18-06-1928	árvores gíhia, luhia, messoxi e pedra grande	Tomás António, soba Ngolome a Quiluanje	
	206	03-08-1400 !!!		soba Quitala	sobas Cavungi Caquisuto, Mucoto Hua quitumbo, Mucundo, Ndomba, Nahanhi Samba
Quitala	207	18-01-1839		soba Quitala Quiandongo	sobas Zundo, Tuto, Candange Candala, Mutomba, Bomba, Dambi Angola, luaxi Luandala, Hubia
	208	29-01-1839	árvore gambo, árvore mussongue, 3 parameiras	soba Quitala Casseno	Mutomba, Dala a Gongga, Camuhoto, Tuto, Dambi a ngola, Domba
	217	26-05-1931	árvore luhia, pedra grande	Francisco Mateus, soba Quitala	
Tuto	219	25-8-1792	árvore mussongue Angasse	Lourenço Manuel, soba Tuto	sobas Luamba, Quimbangui, Cachinda, Hubia, Quitala Casseno, Camuhoto, Zundo, Ngolome a Queta
Zundo	225	21-01-1671	árvore luhia, diboto	Cainha Cambamba, soba Zundo	sobas Candumba, Ndala Angonga, Luamba do Quiamvo, Camuhoto, Dala Quitoco

Quadro 002 - Venda de terrenos

Nome de aldeia	N.º de doc	Data	Marco de limites	Vendedor	Comprador	Preço de venda
Cachinda	48	10-07-1843		Mateus Sebastião	Manoel Morais Pinheiro	1 cabeça de gado no valor de 2 peças de fazenda, 2 porcos, 1 peça de fazenda para mortalha
	48	21-07-1879		Clemente Manoel da Costa	Miguel Salvador da Silva	13 peças de fazenda
	49	27-12-1879		Clemente Manoel da Costa	Domingos António Pereira	5 peças de fazenda, 4 beirames e 8 peças de fazenda
	63	03-08-1898	lúhia com dois marcos	Clemente Manoel	João Parado Francisco	96 mil reis
	85	10-07-1843		Mateus Sebastião	João Jose Dias	10 peças de fazenda em valor de 2 beirames
	85	04-10-1911		Manoel João Boa	Maria João Joze	1 vaca, 2 peças de fazenda
	94	02-05-1918		Francisco António	João Rapozo	30:000 reis
	98	06-05-1920		Francisco António	Bento Florentinho	804:000 reis, 1 garrote, 9:000 reis, 3 peças de fazenda
	99	14-09-1920		Francisco António	Mateus João Cahenda	150:000 reis em valor de 5 sacos de café
	100	14-09-1920		Francisco António	Mateus João Cahenda	150:000 reis em valor de 5 sacos de café
Camuhoto	107	14-09-1920		José Mateus	Mateus João Cahenda	150:000 reis em valor de 5 sacos de café
	108	31-12-1950	Cabole, mufoxi, muroto, muzaza, lúhia, gambo, mucumbi, lúhia	José Mateus	Domingos Bernardo do Zamba	245:000 angolares, 2 vaca, 1 garrote, 1 peça de algodão
Ngolome a Quiluanje	137	25-09-1923		Salles Domingos	Duarte Cafumana	270:000 reis
	196	08-12-1917		António Domingos	Manuel Domingos	37:500 reis fortes
	197	08-12-1917		António Domingos	Manuel Domingos	37, 50 reis fortes
	198	08-12-1917		António Domingos	Manuel Domingos	37, 50 reis fortes
Quitala	199	25-11-1925	mucoso, lúhia, ricachi, mucumbi, mujima, gambo	Tomás António	Mateus Antonio da Silva	1 garrote, 2 porcos capados, 1 mãe de ovelha, 1 mãe de cabra, 1 cobertor de algodão, 1 peça de 8 jardas de fazenda, 107500 escudos, 1 fato de cetim de 150,00 escudos
	200	18-06-1928	gíhia, lúhia, messoxi	Tomás António	Quihomali do Conbo	1 garrotão de ovelha, 1 vaca, 4 jardas de fazenda
	201	18-06-1928	gíhia, lúhia, messoxi	Tomás António	Quihomali do Conbo	1 garrotão de ovelha, 1 vaca, 4 jardas de fazenda
	226	26-05-1931	pau lúhia, pedra grande	Francisco Mateus	Francisco António da Costa Dala	2 vacas, 2 peça de fazenda de 8 jardas, 2 porcos capados, 1 cabra, 42:000 reis

## Plantas de Samba Cajú I



*Arcuata (Kabilebole)*, Comestível.



*Terminalia sericea (Mube?)*, Medicinal.



*Mussaenda*.



*Gardenia ternifolia (Ndai)*, Madeira, cabo de enxadas e outros objectos.



*Combretum sp. (Dikaxi)* Medicinal.



*Erythrina suberifera/ E. abyssinica (Mulungu)*, Medicinal.



*Parinari curatellifolia* (**Luhia**), Alimentar.



*Anisophyllea boehmi* (**mufongo**), Alimentar.



*Annona* sp. (**Malolo**) Alimentar.



*Manihot esculenta* (**Mukamba=Mandioca**)  
Alimentar.